

TCE-TO

Auditor: Controle Externo –
Direito

Tribunal de Contas do Estado
do Tocantins

Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos.

Formas textuais: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção.

Marcas gerais de textualidade.

Marcas específicas de cada gênero textual.

Níveis de linguagem e sua adequação.

Estruturação das frases em componentes: operações de substituição, deslocamento e modificação.

Estrutura e formação de palavras.

As classes de palavras e seu desempenho textual.

A relação entre vocábulos: antônimos, sinônimos, homônimos, parônimos, hiperônimos, hipônimos.

A correção na linguagem: aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos.

Ortografia.

Tipos de discurso.

Linguagem figurada.

A pontuação e os sinais gráficos.

CONTROLE EXTERNO

Sistemas de controle externo.

Controle externo no Brasil.

Regras constitucionais sobre o controle externo.

Funções de controle externo exercidas isoladamente e em conjunto entre o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União, bem como entre as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e os Tribunais de Contas dos Estados.

Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins: natureza, competência e jurisdição.

Organização. Julgamento e fiscalização.

A importância do controle interno.

Lei nº 14.133/2021: atuação do Tribunal e novo regime de nulidades de contratos.
Influência da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais.

Interpretação do texto constitucional.

Poder Constituinte: originário, derivado e decorrente.

Princípios fundamentais.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos.

Organização do Estado: organização político-administrativa: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal; Territórios; intervenção.

Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos; militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Organização dos poderes no Estado: Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições; Comissões Parlamentares de Inquérito; Tribunal de Contas do Estado: composição e competência.

Processo legislativo; Poder Executivo: Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades; Ministros de Estado; Conselhos da República e de Defesa Nacional.

Poder Judiciário: disposições gerais; órgãos do Poder Judiciário: organização e competências; Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

funções essenciais à Justiça: Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências; advocacia pública, advocacia e defensoria pública;

Controle de constitucionalidade: sistemas gerais e sistema brasileiro; controle incidental ou concreto; controle abstrato de constitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Ação Direta de Inconstitucionalidade por

Omissão; Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva; controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito estadual.

Súmula Vinculante.

Defesa do Estado e das instituições democráticas.

Sistema Tributário Nacional: princípios gerais, limitações do poder de tributar, impostos da União, dos Estados e dos Municípios.

Ordem social.

Habeas corpus.

Mandado de segurança.

Mandado de injunção.

Habeas data.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios da Administração Pública.

Ato administrativo.

Poderes Administrativos.

Organização administrativa.

Administração Direta e Indireta.

Entidades do Terceiro Setor.

Serviços públicos.

Licitação.

Contratos administrativos.

Lei Federal nº 8.666/1993.

Lei Federal nº 14.133/2021.

Lei Federal nº 10.520/2002.

Lei nº 12.462/2011.

Decreto nº 7.581/2011.

Lei nº 11.079/2004.

Lei nº 8.987/1995.

Lei nº 9.074/1995.

Lei nº 9.637/1998.

Lei nº 9.790/1999.

Agentes públicos.

Regimes Previdenciários.

Lei do Regime Próprio de Previdência Social do Tocantins – IGEPREV (Lei Estadual nº 1.940, de 11/07/2008).

Processo administrativo.

Lei Federal nº 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo Federal).

Responsabilidade Civil do Estado.

Lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do Direito Público (Lei nº 13.655/2018).

Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro).

Intervenção do Estado sobre a propriedade privada.

Bens públicos.

Controle da Administração Pública.

Decisões dos Tribunais de Contas.

Execução das decisões dos Tribunais de Contas.

Improbidade Administrativa (Leis nº 8.429/1992 e 14.230/2021).

Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal).

Controle dos Tribunais de Contas.

Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (Lei Estadual nº 1.284/2001 e alterações).

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (Resolução Administrativa nº 01/2012).

Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins (Lei Estadual nº 1.818/2007).

Decreto Federal 20.910/32.

DIREITO FINANCEIRO

Conceito e objeto.

Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.

Normas gerais e orçamento.

Lei nº 4.320/1964.
Lei de orçamento.
Proposta orçamentária.
Elaboração da lei de orçamento.
Créditos adicionais.
Execução do orçamento.
Fundos especiais e controle da execução orçamentária.
Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica.
Princípios orçamentários.
Elementos essenciais.
Classificação.
Regime constitucional.
Vedações constitucionais em matéria orçamentária.
Despesa pública. Conceito e classificação de despesa pública.
Disciplina constitucional dos precatórios.
Receita pública. Conceito, ingresso e receitas. Classificação das receitas públicas.
Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Planejamento.
Receita pública. Despesa pública. Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Dívida e endividamento. Gestão patrimonial.
Transparência, controle e fiscalização. Disposições preliminares, finais e transitórias.
Crédito público. Conceito e classificação de crédito público. Natureza jurídica.
Controle, fiscalização e prestação de contas.
Dívida pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Direito tributário na Constituição Federal de 1988.
Sistema Tributário Nacional.
Princípios Gerais.
Limitações do poder de tributar e princípios constitucionais do direito tributário.
Repartição das receitas tributárias.
Disciplina Constitucional dos Tributos.
Tributo. Conceito. Natureza jurídica. Espécies.
Imposto.

Taxa.
Contribuição de melhoria.
Empréstimo compulsório.
Contribuições especiais.
Competência tributária.
Classificação.
Exercício da competência tributária.
Capacidade tributária ativa.
Imunidade tributária.
Distinção entre imunidade, isenção e não incidência.
Imunidades em espécie.
Fontes do direito tributário.
Constituição Federal.
Leis complementares.
Leis ordinárias e atos equivalentes.
Tratados internacionais.
Atos exclusivos do poder legislativo.
Convênios.
Decretos regulamentares.
Normas complementares.
Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.
Obrigação tributária.
Definição e natureza jurídica.
Obrigação principal e acessória.
Fato gerador.
Sujeito ativo.
Sujeito passivo.
Contribuinte.
Solidariedade.
Capacidade tributária.
Domicílio tributário.
Responsabilidade tributária.
Substituição.

Responsabilidade dos sucessores.

Responsabilidade de terceiros.

Responsabilidade por infrações.

Crédito tributário. Constituição de crédito tributário. Lançamento.

Modalidades de lançamento.

Suspensão do crédito tributário.

Extinção do crédito tributário. Exclusão de crédito tributário.

Garantias e privilégios do crédito tributário.

Administração tributária.

Fiscalização.

Dívida Ativa.

Protesto de Certidões de Dívida Ativa.

Certidões negativas.

Impostos da União na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional: Imposto sobre a importação de produtos estrangeiros;

Imposto sobre a exportação de produtos estrangeiros;

Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza; Imposto sobre produtos industrializados; Imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários;

Imposto sobre a propriedade territorial rural; Imposto sobre grandes fortunas.

Impostos dos estados e do Distrito Federal na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional e no Código Tributário do Estado: Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) e legislação estadual do ITCMD - Artigos 53 a 67-C do Código Tributário do Estado do Tocantins (Lei nº 1.287/2001 e alterações);

Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS) e legislação estadual do ICMS - Artigos 3º a 45 do Código Tributário do Estado do Tocantins (Lei nº 1.287/2001 e alterações);

Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e legislação estadual do IPVA - Artigos 69 a 83-C do Código Tributário do Estado do Tocantins (Lei nº 1.287/2001 e alterações).

Impostos dos municípios na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana; Imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; Imposto sobre serviços de qualquer natureza e Lei Complementar nº 116/2003.

DIREITO CIVIL

Lei de introdução às normas do direito brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo, eficácia da lei no espaço.

Pessoas naturais: personalidade, capacidade, direitos da personalidade, ausência.

Pessoas jurídicas.

Domicílio.

Bens: classes.

Fato jurídico.

Atos jurídicos lícitos e ilícitos.

Negócio jurídico.

Prescrição e decadência.

Prova.

Obrigações: características, espécies, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento.

Contratos: disposições gerais, extinção e espécie de contratos regulados no Código Civil.

Atos unilaterais.

Responsabilidade civil.

Preferências e privilégios creditórios.

Títulos de Crédito.

Empresário.

Sociedade: sociedades não personificadas, sociedades personificadas.

Estabelecimento.

Institutos complementares: registro, nome empresarial, prepostos, escrituração.

Posse.

Direitos reais: propriedade, superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador.

Direitos reais de garantia.

Direito de laje.

Direito de família: casamento, relações de parentesco, regime de bens entre os cônjuges, usufruto e administração dos bens de filhos menores.

Alimentos.

Bem de família.

União Estável.

Concubinato.

Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada.

Direito das sucessões: sucessão em geral, sucessão legítima e testamentária.

Inventário e partilha.

Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/1992).

Alimentos (Lei nº 5.478/1968).

Alimentos gravídicos (Lei nº 11.804/2008).

Bem de família (Lei nº 8.009/1990).

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): disposições preliminares, conceito do princípio da proteção integral e direitos fundamentais.

Direito à convivência familiar e comunitária: procedimentos, colocação da criança ou do adolescente em família substituta, guarda, tutela, adoção, perda e suspensão do poder familiar, autorização para viagem de criança ou adolescente.

Inquilinato (Lei nº 8.245/1991).

Locação: disposições gerais e especiais.

Procedimentos: disposições gerais e ação de despejo.

Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990): direitos do consumidor.

Relação de consumo; direitos básicos do consumidor; responsabilidade pelo fato e por vícios dos produtos e serviços e excludentes de responsabilidade civil nas relações de consumo; prescrição e decadência; práticas comerciais, proteção contratual, prevenção e tratamento do superendividamento defesa do consumidor em juízo.

Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).

“Lei da Usura” (Decreto nº 22.626/1933).

Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).
Alienação fiduciária de bens móveis (Decreto-Lei nº 911/1969).
Alienação fiduciária de bens imóveis (Lei nº 9.514/1997).
Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário (Lei nº 10.931/2004).
Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973).
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
Lei de transplantes (Lei nº 9.434/1997).
Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).
Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979).
"Lei do distrato" (Lei nº 13.786/2018).
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).
Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019).
Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (Lei nº 14.010/2020).

DIREITO PENAL

Fontes do direito penal: Princípios aplicáveis ao direito penal.
Aplicação da lei penal.
A lei penal no tempo e no espaço.
Tempo e lugar do crime.
Lei penal excepcional, especial e temporária.
Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.
Pena cumprida no estrangeiro.
Eficácia da sentença estrangeira.
Contagem de prazo.
Interpretação da lei penal.
Analogia.
Irretroatividade da lei penal.
Conflito aparente de normas penais.
Crime: classificação, teorias, o fato típico e seus elementos, relação de causalidade, superveniência de causa independente, relevância da omissão, crime consumado e tentado, pena da tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz,

arrependimento posterior, crime impossível, crime doloso, culposo e preterdoloso, agravação pelo resultado, concurso de crimes, erro sobre elementos do tipo, discriminantes putativas, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa, erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), coação irresistível e obediência hierárquica, ilicitude e causas de exclusão, excesso punível.

Culpabilidade, teorias, elementos e causas de exclusão.

Imputabilidade penal.

Concurso de pessoas.

Penas: espécie, cominação, aplicação, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, execução das penas em espécie e incidentes de execução.

Medidas de segurança.

Ação penal.

Punibilidade e causas de extinção.

Crimes em espécie: contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual, contra a família, contra a incolumidade pública, contra a paz pública, contra a fé pública, contra a Administração Pública.

Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).

Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

Preconceito Racial (Lei nº 7.716/1989).

Crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990).

Crimes em licitações e contratos administrativos (Código Penal e Lei nº 14.133/2021).

Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997).

Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998).

Crimes contra idosos (Lei nº 10.741/2003).

Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003).

Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006).

Lei antidrogas (Lei 11.343/2006).

Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013).

Lei "Anticrime" (Lei nº 13.964/2019).

Crimes de trânsito (Lei nº 9.503/1997).

Crimes previstos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Administração Financeira e Orçamentária.

Orçamento público: conceitos e princípios orçamentários.

Evolução conceitual do orçamento público.

Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas.

Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964.

Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA).

Leis de Créditos Adicionais.

Emendas parlamentares ao Orçamento.

Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.

Classificações orçamentárias.

Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento (MTO).

Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento (MTO).

Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.

Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública.

Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento.

Manual Técnico de Orçamento do Estado do Tocantins.

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000: princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários. 9ª edição, aprovada pela Portaria conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021.

Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e decretos regulamentadores.

AUDITORIA

Definições e Objetivos dos Procedimentos de Fiscalização.

Objeto de Fiscalização. Planejamento de Auditoria: Objetivo e Aspectos Básicos; Visão Geral;

Programa de Auditoria e Avaliação dos Controles Internos.

Técnicas e Procedimentos de Auditoria.

Evidências de Auditoria. Equipe de Auditoria.

Prerrogativas do Auditor. Requisição de Documentos.

Papéis de Trabalho.

Relatórios de Auditoria.

Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, inspeção, monitoramento e acompanhamento.

Auditoria de Regularidade e Auditoria Operacional.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova